



REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA E HISTÓRIA



O ensino na Paraíba no século XIX

José Flávio Paulo Ferreira

Professor da rede pública, graduado em História e especialista em História do Brasil
pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP)

Email: pavos@bol.com.br

Resumo: Durante o século XIX, a educação primária na Paraíba encontrava-se num perfeito estado de abandono e que situação semelhante era vivenciada pelo ensino médio. Entretanto, em relação ao ensino médio, o quadro passou a apresentar uma melhora quando ocorreu a criação do Lyceu Paraibano, ocorria em 1836. À medida que surgiam novas povoações no interior da Província, aumentava o número de escolas primárias. Uma ação isolada, mas digna de registro foi a fundação do colégio do Padre Rolim, ex-professor do Seminário de Olinda, que largou a cátedra em Pernambuco e resolveu voltar para o interior da Paraíba e cuidar da educação de seus conterrâneos. Em 1843, o referido colégio já desfrutava de grande importância. No entanto, as instituições educativas existentes na Parahyba do Norte na primeira metade do século XIX, ainda que estivessem sob um primeiro momento de sua configuração tinham características peculiares que as tornavam instituições escolares. Durante todo o século XIX, mesmo de forma precária, o governo provincial criou e manteve escolas em todas as vilas do interior, sempre levando ao conhecimento da Corte, a necessidade de se investir mais na educação local. Data também da década de 1820, a primeira iniciativa de se instituir o ensino superior na Paraíba. Trata-se de um projeto de lei apresentado na Assembleia Geral pelo deputado paraibano Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, sonho este que somente foi realizado mais de cem anos depois.

Palavras-chave: Paraíba. Educação. Século XIX.

Teaching in Paraíba in the nineteenth century

Abstract:

During the nineteenth century, primary education in Paraíba was in a perfect state of disrepair and that similar situation was experienced by high school. However, in relation to secondary education, the picture began to show an improvement when there was the creation of Paraíba Lyceum, occurred in 1836. As new settlements appeared within the Province, increasing the number of primary schools. An isolated action, but worthy of record was the foundation of the school of Padre Rolim, a former professor of the Seminary of Olinda, who started the chair in Pernambuco and decided to go back into the Paraíba and care for the education of their countrymen. In 1843, that College already enjoyed great importance. However, existing educational institutions in North Parahyba in the first half of the nineteenth century, even though they were under the first moment of its setting had peculiar characteristics that made them schools. Throughout the nineteenth century, even precariously, the provincial government created and maintained schools in all inland villages, always leading to the attention of the Court, the need to invest more in local education. Data also from the 1820s, the first initiative of establishing higher education in Paraíba. This is a bill introduced in the General Assembly by Mr Joaquim Paraíba Manoel Carneiro da Cunha, dream that this was only done over a hundred years later.

Keywords: Paraíba. Education. XIX century.

1 Introdução

Durante o Brasil Colônia, os investimentos públicos na capitania do norte eram concentrados em Pernambuco, de forma que quando ocorreu a Independência do Brasil, a Paraíba não dispunha de quase nenhum estabelecimento público, inclusive de escolas.

De acordo com Rodrigues (1986, p 28), nas primeiras décadas do século XIX, o ensino na Paraíba se

encontrava "desprovido da mínima de regularidade, sem qualquer organização".

É importante destacar que essa situação pendurou por todo o século XIX, de forma que as escolas públicas funcionavam precariamente, tanto em termos quantitativo e quanto qualitativamente.

Avaliando ainda o desenvolvimento da educação na Paraíba, Bezerra (2006) afirma que a educação primária encontrava-se num perfeito estado de abandono

e que situação semelhante era vivenciada pelo ensino médio.

Entretanto, em relação ao ensino médio, o quadro passou a apresentar uma melhora quando ocorreu a criação do Lyceu Paraibano, ocorria em 1836.

O presente artigo tem por objetivo promover uma abordagem sobre a educação na Paraíba durante o século XIX.

2 Revisão de Literatura

2.1 A criação do Lyceu Provincial e a educação na Paraíba durante a primeira metade do século XIX

Um importante marco na educação paraibana foi a criação do Lyceu Paraibano, criado pela Lei Provincial nº 11, de 24 de Março de 1836, aproveitando-se as cadeiras de humanidades já existentes. O referido educandário iniciou suas atividades ainda na primeira metade daquele mesmo ano, transformando-se logo cedo no primeiro

colégio de prestígio da Paraíba (PINHEIRO; CURY, 2004).

Analisando o processo educativo desenvolvido pelo antigo Liceu Paraibano, no início de sua formação, Cury; Moraes e Silva (2012, p. 679):

É importante observar que, em virtude do regime de padroado, havia uma forte ligação entre o Estado Imperial e a Igreja Católica [...] de forma havia uma grande presença de padres professores, tanto no Lyceu Provincial, quanto nas cadeiras de primeiras letras. No primeiro caso, os padres, normalmente, eram responsáveis pelos estudos de filosofia racional e de moral.

Ainda no século XIX, o Lyceu Provincial, passou a denominar-se Lyceu Parahybano e tornou-se a instituição de ensino secundário de maior prestígio na Província da Paraíba, durante aquele século gozando do referido status até a década de 1940.

Figura 1 - Antigo Lyceu Paraibano, numa fotografia do final do século XIX



Fonte: Pinheiro; Cury (2004)

Informa Lima (2008), que no final da década de 1840, começou a ser cogitada a possibilidade de criação de uma Casa de Educandos e Artífices, levando em consideração ao sucesso que tais instituições vinham alcançando em outras províncias. No entanto, esse projeto somente foi efetivado em 1865.

À medida que surgiam novas povoações no interior da Província, aumentava o número de escolas primárias.

Em 1847, segundo Cury; Moraes e Silva (2012, p. 679), existiam “54 escolas públicas do sexo masculino e 17 do sexo feminino, com um total aproximado de 1.922

alunos matriculados”, acrescentando que nessa mesma época, a Paraíba também contava com “três escolas particulares, regularmente licenciadas, para o seu funcionamento. Uma delas era a escola particular da Vila de Cajazeiras dirigida pelo Padre Inácio de Souza Rolim”.

Uma ação isolada, mas digna de registro foi a fundação do colégio do Padre Rolim, ex-professor do Seminário de Olinda, que largou a cátedra em Pernambuco e resolveu voltar para o interior da Paraíba e cuidar da educação de seus conterrâneos.

Em 1843, o referido colégio já desfrutava de grande importância e “seu renome se estendia aos estados

vizinhos, pois para ele vinham estudantes de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão, estudantes célebres" (PIRES, 1991, p. 32).

Tamanha foi o prestígio desfrutado pelo colégio do Padre Rolim, que o seu antigo sítio transformou-se num arraial, mais tarde numa vila e hoje constitui a cidade de Cajazeiras, considerada uma das mais importantes do interior e cognominada 'A Cidade que ensinou a Paraíba a Ler'.

Dissertando sobre o crescimento das unidades de ensino no interior da Província da Paraíba, no século XIX, Cury; Morais e Silva (2012, p. 690) fazem o seguinte comentário:

Os espaços escolares do século XIX foram se configurando a partir das permanentes relações socioculturais que se apresentaram com as 'necessidades' de cada vila, povoação ou cidade. Assim, as formas espaciais destinadas ao funcionamento das aulas bem como para a guarda dos objetos escolares, foram delineando a cultura material escolar.

Muitos espaços físicos sediaram as cadeiras ou aulas de primeiras letras, durante o século XIX, nas vilas e povoações do interior paraibano. Na capital, por exemplo, o antigo Convento de Santo Antônio, abrigou as aulas de Filosofia, Retórica e Geometria.

Deve-se também registrar que as instituições educativas existentes na Parahyba do Norte na primeira metade do século XIX, ainda que estivessem sob um primeiro momento de sua configuração tinham características peculiares que as tornavam instituições escolares (CURY; MORAIS; SILVA, 2012).

2.2 As primeiras tentativas de implantação do ensino superior na Paraíba

As primeiras tentativas de implantação do ensino superior na Paraíba datam do Império, quando o deputado paraibano Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, que ocupava uma cadeira na Assembleia Geral, apresentou um projeto em 1823, criando uma escola de ensino superior na recém-formada Província do Norte.

Através de seu projeto Carneiro da Cunha defendia que a implantação do ensino superior na Paraíba era possível, porque oferecia muitas vantagens que não se encontrava em outras províncias, destacando o clima ameno, abundância de víveres, todas as acomodações necessárias para a subsistência e nenhuma distração ou divertimento.

Em seu discurso na Assembleia Geral, Carneiro da Cunha destacou que "o povo da Paraíba é um povo simples, de costumes ainda mui singelos, onde não há teatro, nem dissipação de qualidade alguma" (RODRIGUES, 1986, p. 28).

De acordo com Bezerra (2006, p. 29):

O deputado paraibano argumentava, ainda, que havia estrutura física de qualidade como os conventos do Carmo, São Francisco e São Pedro. O fato da província não dispor de recursos

financeiros, não inviabilizaria o intento, pois as províncias mais favorecidas financeiramente poderiam contribuir com parte das despesas dos alunos que aqui viessem estudar. Por fim, apelava para a questão da integração territorial, afirmando que a Paraíba se encontrava mais próxima de províncias como Maranhão e Pará, contribuindo assim para a unidade do Império.

Entretanto, tem-se que reconhecer que naquela época, a Paraíba não reunia as mínimas condições estruturais para possibilitar o funcionamento de uma instituição de ensino superior, uma vez que a precariedade dos prédios públicos era visível.

Durante a primeira metade do século XIX, ainda de acordo com Bezerra (2006, p. 29):

As escolas de ensino elementar (primário e médio) geralmente funcionavam na residência de professores, além disso, faltavam cadeiras e mesas que eram emprestadas por particulares. Essas escolas estavam entregues a professores desprovidos das mínimas condições de exercício da profissão.

Desta forma, não desmerecendo a pretensão do ilustre deputado Carneiro da Cunha, a Província da Paraíba não comportava um investimento tão grande por parte do Império. E a situação econômica da província foi o que mais contribuiu para a não aprovação do primeiro projeto criando o ensino superior na Paraíba.

2.3 A utilização de compêndios franceses nos estabelecimentos de ensino da Paraíba no século XIX

A partir da fundação do Colégio Imperial de Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837, todas as escolas do Brasil, inclusive as da Paraíba, tomaram como base o seu sistema de ensino, os seus livros, e o seu regime.

No entanto, diante dos poucos investimentos direcionados à educação na Paraíba, do século XIX, eram comuns "as reclamações por parte dos presidentes com relação às escolas, aos professores, às bibliotecas e às parcas verbas destinadas ao ensino público" (BANDEIRA; BARBOSA, 2009, p. 6).

Problema idêntico também era vivenciado por outras províncias, a exemplo da Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Minas Gerais, não havia dinheiro para não havia dinheiro para a educação, nem bibliotecas, nem professores preparados nas escolas, situação que se prolongou até o final do século XIX.

Analisando o processo educativo desenvolvido na Paraíba durante o século XIX, Bandeira e Barbosa (2009, p. 6) afirmam que:

Podemos perceber também que, assim como na Paraíba, havia uma dificuldade muito grande das demais províncias de uniformizar o ensino nas escolas. Muitos compêndios diferentes eram utilizados por diversas cidades dentro de um mesmo estado.

Assim, verifica-se que em várias províncias do Brasil o ensino não era uniformizado, tornando-se de certa forma, improdutivo. Havia a preocupação por parte de professores em uniformizar o ensino, mas a falta de investimentos na educação era o principal obstáculo.

À margem desse processo começou a ser introduzido no ensino paraibano, uma série de compêndios franceses, objetivando melhor a qualidade da educação provinciana.

De acordo com Bandeira e Barbosa (2009, p. 8-9):

Durante o decorrer do século XIX, na Paraíba, aconteceram muitas adoções de traduções e de livros franceses, propriamente ditos, nas escolas. Podemos citar alguns encontrados na segunda parte do arquivo referente às Leis e Regulamentos relativos a Instituições Educacionais da Paraíba. Nas Disposições Gerais da Resolução 26, que se refere à Lei provincial nº 7 de 4 de Junho de 1846, o presidente Frederico Carneiro de Campos emite uma relação de compêndios pelos quais os professores deveriam se orientar na ministração das matérias. Entre eles estavam: Gramática Francesa, por Emílio Seven, Aventuras de Telémaco, e Teatro, de Voltaire; Aritmética, de Bezout, Álgebra por Lacroix, Geometria e Trigonometria, por Legendre.

Portanto, percebe-se que o próprio governo provincial compactuou com a introdução dos chamados compêndios franceses na educação paraibana do século XIX, baixando, inclusive, uma estabelecendo que livros poderiam ser utilizados na escolas da Paraíba.

No entanto, tem-se que reconhecer que diante da inexistência de material produzido no Brasil por autores locais, o material selecionado para ser utilizado pelas escolas paraibanas eram realmente produzidos por renomados autores franceses, e, sem dúvida alguma, contribuíram no processo de escolarização do povo paraibano daquela época.

2.4 O aparato disciplinador na escola paraibana do século XIX

A estruturação e o controle do Estado provincial sobre a instrução pública e particular, na Paraíba, se efetivou desde meados da década de 1830, caracterizando-se mais no plano superestrutural.

Informa Pinheiro e Cury (2004), que esse aparato foi sucessivamente ratificado em todos os outros regulamentos e normas que foram publicados posteriormente, acrescentando ainda que o controle também se dava em nível do poder imperial central, uma vez que o Ministério dos Negócios solicitava aos presidentes das províncias que informassem entre outros aspectos o estado do ensino primário e secundário, com declaração do número das respectivas aulas ou escolas, assim públicas como particulares e dos alunos de um ou outro sexo, etc.

Entretanto, para além dessas ações o controle social e o processo disciplinar podem ser verificados, a partir dos anos de 1860, embora que ainda não efetivados.

De acordo com Miranda (2009, p. 367), o processo educativo desenvolvido na Província da Paraíba, no século XIX:

A instrução moral e religiosa deveria estar em primeiro plano, desta forma seria destinada parte das aulas para as rezas e leituras das escrituras, bem como da constituição do império. O ensino seguiria três divisões, segundo a idade dos alunos: 1º (6 a 8 anos de idade) destinavam-se à leitura de piedade, às rezas e aos ensinamentos básicos de ler, escrever e calcular; 2º (8 a 10 anos de idade) importavam-se com a instrução moral e religiosa, ensinamento do Novo e Velho Testamento e aprofundamento da leitura, escrita e o cálculo; por fim a 3º divisão (10 anos em diante), quando estudarão a doutrina cristã, além da gramática e dos conhecimentos matemáticos.

Para disciplinar o processo educativo, o governo da província baixou uma série de regulamentos, direcionados para promover o controle e o processo de disciplinarização, através dos quais pode-se entender melhor como se davam as relações cotidianas nas instituições escolares da Província da Paraíba do Norte.

Ainda segundo Miranda (2009, p. 367):

Regras são feitas para serem seguidas e no século XIX isso não é diferente, aos alunos cabia por princípio, obediência ao seu mestre, o dever de tratá-los com civilidade dentro e fora das salas e a obrigação de comparecer e permanecer nas aulas. Por sua vez, ao mestre cabia tratar os alunos com docilidade e prudência, evitar discórdias, instruir seus discípulos e sempre tê-los com muito amor. Ao entrar para as aulas, os alunos deveriam cumprimentar o seu mestre, logo depois deveriam deixar seus chapéus em locais que continham o nome de cada um dos discípulos. Após esse ritual, os alunos sentavam-se silenciosamente nos bancos, onde já se encontravam os materiais que seriam utilizados por eles, colocados meia hora antes do início das aulas pelos então monitores.

Desta forma, percebe-se o quanto era rígido o ensino na Paraíba dos anos oitocentos. E que a disciplina não era algo somente a ser seguido pelos alunos, trata-se de algo que também era exigido do professor, conhecido como mestre escola.

Destaca ainda Pinheiro (2008) que através do regulamento de ensino instituído pela Lei Provincial nº 178, de 30 de novembro de 1863, foi estabelecido algumas penalizações aos professores que fossem negligentes, não cumprissem os seus deveres, desobedecessem a seus superiores ou apresentassem conduta imoral. Eram essas as punições:

- a) admoestação: Advertência, reprimenda, observação com caráter de crítica, de censura;
- b) repreensão: Ato ou efeito de repreender a alguém por mau procedimento;
- c) multa: equivalente até 30% dos vencimentos por faltas não justificadas;

d) suspensão de exercício e de vencimentos de um até três meses;

e) perda da cadeira: demissão

É importante destacar que esta punição máxima, que se configura em demissão, somente poderia ocorrer após abertura de um processo disciplinar e quando tivesse sido suspenso por mais de duas vezes, quando tivesse abandonado a cadeira por um espaço de um ano, quando fosse condenado por sentença, que transite em crime, que ofenda a moral pública ou a religião ou um crime inafiançável.

O controle social sobre os professores também se manifestava em relação as suas ideologias e que atingia, provavelmente o exercício as suas práticas pedagógicas no cotidiano escolar uma vez que estavam coibidos de ensinar doutrinas contrárias às leis do Império.

Para o acompanhamento do desempenho da educação na província, criou-se o cargo de Comissão da Instrução Pública, cabendo-lhe a estes também a missão acrescentar observações que julgasse convenientes. Em 1886, a província da Parahyba do Norte estabeleceu que os distritos escolares observassem as mesmas delimitações geográficas destinadas às Comarcas. Assim cada distrito escolar teria um inspetor que nomearia um ou mais comissários.

2.5 A educação paraibana na segunda metade do século XIX

A década de 1860, na Parahyba do Norte e no Brasil, foi marcada pelo grande avanço das forças políticas representadas pelos liberais que receberam apoio, principalmente, nos centros urbanos. E esta situação contribuiu para o desenvolvimento da educação na província.

De acordo com Pinheiro (2010), até o início da década de 1860, os gestores e intelectuais da Província da Parahyba do Norte já haviam procedido a uma série de

ações político/jurídico/administrativa no sentido de normatizar/regulamentar a estrutura instrucional, tanto no espaço 'particular' (privado) quanto no público.

Essas ações desencadearam um processo de regulamentação/normatização da instrução pública e particular, criando mecanismos que conduziram os gestores provinciais a tentarem exercer maior controle sobre o fazer didático-pedagógico dos professores, isto é, no cotidiano escolar.

Informa Pinheiro (2008, p. 6), que em 1865 entrou em funcionamento o Colégio de Educandos e Artífices, acrescentando que a "a criação dessa instituição escolar objetivou 'socorrer' os órfãos desvalidos e os filhos de pais pobres".

É importante destacar que também com a reforma de 1864, foi criada a Escola Normal da Parahyba do Norte que não chegou a entrar em funcionamento de imediato, mas já demonstrava a preocupação com a profissionalização do magistério.

Ainda segundo Pinheiro (2008, p. 7):

[...] em 1874, foi criada no interior do Liceu Paraibano uma cadeira de ensino normal 'destinada a preparar os candidatos ao professorado da instrução primária do sexo masculino'. Essa medida, ao que tudo indica, também não logrou sucesso uma vez que dois anos depois, isto é, em 1876, as cadeiras do ensino Normal do Liceu foram suprimidas.

Nota-se que mesmo tendo ocorrido o insucesso com a instalação da escola normal, em 1865, o governo da Paraíba continuou tentando instituir o ensino normal na Província. A tentativa de 1874, também não apresentou o êxito esperado, sendo empenhados esforços numa terceira tentativa que ocorreu em 1883, quando o governo da província tentou converter o Liceu "em escola normal de dois graus, ficando criada a cadeira de pedagogia".

Figura 1 - Primeira Escola Normal da Paraíba (inaugurada em 1885)



Fonte: Pinheiro (2008)

No entanto, essa medida causou insatisfação entre os professores, alunos e da própria sociedade, o que obrigou o governo a rever uma antiga propositura, criando uma escola normal independente do Liceu Paraibano. Assim, através da Resolução nº 288, de 11 de novembro de 1885, foi restaurado o antigo Liceu Paraibano, que havia sido suprimido, no ano anterior, e, criou-se o Externato (Escola) Normal da Parahyba do Norte, que foi instalado solenemente no dia 7 de abril de 1885 e teve seu primeiro regulamento publicado em 14 de janeiro do ano seguinte.

Pelo demonstrado, a ensino na Paraíba durante o século não apresentou grandes avanços. E isto foi uma resultante da situação financeira apresentada pela província e da falta de apoio por parte do governo central, uma vez que o Império existia mais para atender às províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, deixando o resto do país condenado ao esquecimento.

3 Considerações Finais

Durante todo o século XIX, mesmo de forma precária, o governo provincial criou e manteve escolas em todas as vilas do interior, sempre levando ao conhecimento da Corte, a necessidade de se investir mais na educação local. Data também da década de 1820, a primeira iniciativa de se instituir o ensino superior na Paraíba. Trata-se de um projeto de lei apresentado na Assembleia Geral pelo deputado paraibano Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, sonho este que somente foi realizado mais de cem anos depois.

A presente pesquisa demonstrou que apesar de ter sido significativa a contribuição da Igreja Católica na promoção da Educação na Paraíba, no mundo acadêmico, essa contribuição é muito pouco abordada. E essa falta de abordagem/discussão contribui para manter aberta essa lacuna, impossibilitando, assim, um melhor entendimento acerca da formação do processo educativo na histórica Capitania da Paraíba do Norte.

Ficou também comprovado que a História da Educação na Paraíba é um tema carente de fontes e essa carência torna-se ainda maior quando se questiona acerca da contribuição da Igreja Católica na formação desse processo. Existem poucas fontes bibliográficas que abordam o assunto, mas não de forma exclusiva. Contudo, procurou-se explorar o máximo o material disponível, na esperança de apresentar uma produção que possa contribuir para pesquisas futuras em relação à história da Educação na Paraíba e a contribuição dada pela Igreja Católica a esse processo.

4 Referências

BANDEIRA, Sara Cavalcanti Pinto; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. A influência francesa nas escolas da província da Paraíba no Século XIX. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial, *Anais*, 2009.

BEZERRA, Francisco Chaves. História, cultura e Ensino Superior na Paraíba: implantação, estadualização e

federalização, *Saeculum - Revista de História*, ano 12, n. 15, p. 29-42, 2006.

CURY, Cláudia Engler; MORAIS, Maday de Souza; SILVA, Michele Lima da. A instrução na Paraíba oitocentista: Perspectivas acerca das instituições escolares e da cultura material escolar. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, 31/07 a 03/08/2012. *Anais*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O collegio de educandos artífices, 1865-1874**: a infância desvalida na Parahyba do Norte. João Pessoa, PB: UFPB/PPGH, 2008.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Saber e medo**: métodos disciplinares e punitivos na instrução na Província da Parahyba do Norte de 1822 a 1864. João Pessoa, PB: UFPB/DH, 2009.

OLIVEIRA, Fábio Falcão. No processo de uma educação colonial. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. UFPB. João Pessoa, 31/07 a 03/08/2012, *Anais eletrônicos*. Disponível in: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acerhistedbr/seminari/o/seminario/PDFs/3.01.pdf>. Acesso: 20 mar 2013.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler. Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial. Brasília, DF: MEC/ INEP, 2004. CD-ROM (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

_____. A Institucionalização da instrução pública e particular na Província da Parahyba do Norte (1821-1840). In: PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano (orgs.). **Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)**. João Pessoa: UFPB, 2008.

_____, Antônio Carlos Ferreira. A moral como princípio organizador da escola na Parahyba dos tempos imperiais (1864 A 1872). II Encontro de História do Império Brasileiro 'Culturas e Sociabilidades: Políticas, Diversidades, Identidades e Práticas Educativas', Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 14 a 18 de novembro de 2010. Trabalho apresentado no Eixo Temático 1 - Instrução e Culturas Escolares. Publicado nos *Anais*, p. 221-225.

PIRES, Heliodoro. **Padre mestre Inácio Rolim, um trecho da colonização do Norte brasileiro**. 2. ed. Teresina: Grupo Claudino, 1991.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Sociedade e universidade**: um estudo de caso. João Pessoa: SEC-PB, 1986.